

Desafios da educação inclusiva no Brasil: problemas, soluções e perspectivas no contexto educacional



Dolores Affonso é consultora em acessibilidade e inclusão, educadora e designer instrucional. Graduada em Administração de Empresas, com MBA em Marketing pela FGV, é especialista em EAD, com pós-graduação em Design Instrucional para EAD pela Facel, e especialista em Educação Especial pela UCDB. Professora e consultora em acessibilidade na FGV, é também palestrante e sócia-fundadora da Affonso & Araujo Consultoria. Idealizou e realizou o 1º Congresso de Acessibilidade totalmente on-line do Brasil.

Resumo

Este artigo visa identificar os principais desafios da educação inclusiva no Brasil. Com uma breve análise da educação especial, relata-se a evolução das políticas e dos resultados ao longo do tempo, saindo de uma educação especial segregadora para uma educação para todos, mostrando a importância da comunicação, interação e integração de PNEs, bem como a dificuldade dos educadores em lidar com as limitações e necessidades especiais de tais alunos. Procura-se mostrar a importância da utilização de metodologias adequadas, currículos adaptáveis, ferramentas e tecnologias de informação, comunicação e assistivas. A metodologia adotada inclui revisão bibliográfica e relato de experiência. É possível concluir que é fundamental a implementação de novas políticas e que, para se alcançar uma educação realmente inclusiva, é preciso identificar, compreender e utilizar as diferenças em prol de uma sociedade mais justa.

Palavras-chave

educação inclusiva, EAD, educacional, tecnologias assistivas, TICs.

Abstract

This article aims to assess the major challenges faced by inclusive education in Brazil. It briefly explores special needs education policies and achievements along time – from an exclusive to an education-for-all model. It sheds light into the role played by communication, interaction and the integration of National Education Plans as well as into hardships faced by educators to overcome barriers and address special needs. It discusses the importance of suitable methodologies, adaptable curricula and syllabuses, and information, communication and assistive tools and technologies through a literature review and experience report methodology. The conclusion points to the critical need to implement new policies and to clearly assess and use differences as springboards to inclusive education in a fairer society.

Keywords

inclusive education, distance education, education, assistive technologies, ICTs.

Resumen

Este artículo busca identificar los principales desafíos de la educación inclusiva en el Brasil. Con un breve análisis de la educación especial, se relata la evolución de las políticas y los resultados a lo largo del tiempo, saliendo de una educación especial segregadora hacia una educación para todos, mostrando la importancia de la comunicación, interacción e integración de PNEs, así como la dificultad de los educadores al lidiar con las limitaciones y necesidades especiales de tales alumnos. Se trata de mostrar la importancia del uso de adecuadas metodologías, currículos adaptables, herramientas y tecnologías de la información, comunicación y asistivas. La metodología adoptada incluye una revisión bibliográfica y relato de experiencias. Es posible concluir que la implementación de nuevas políticas es fundamental y que para lograr una educación realmente inclusiva, es preciso identificar, comprender y utilizar las diferencias en pro de una sociedad más justa.

Palabras clave

educación inclusiva, EAD, educación, tecnologías asistivas, TICs.

INTRODUÇÃO

Os direitos são iguais. Segundo a Constituição Federal do Brasil de 1988, todos têm direito à saúde, segurança, educação. Nesse contexto, em seu artigo 206, inciso I, garante a "igualdade de condições para

o acesso e permanência na escola", com o objetivo de "promover o bem de todos, sem preconceito de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação" (BRASIL, 1988). Entretanto, as oportunidades ainda não são iguais em nosso País. Apesar de possuir uma das legislações relacionadas às pessoas com deficiência e necessidades especiais mais atuais do mundo, sendo considerada a melhor nas Américas, ainda é uma das mais desrespeitadas (D'AMARAL, 2014). Essa legislação foi uma grande conquista, resultado de diversos movimentos pelo mundo que geraram instrumentos internacionais que comprometeram os países e guiaram as modificações e legislações internas, como a Declaração da Conferência Mundial sobre Direitos Humanos de

“Apesar de possuir uma das legislações relacionadas às pessoas com deficiência e necessidades especiais mais atuais do mundo, sendo considerada a melhor nas Américas, ainda é uma das mais desrespeitadas”

Viena (1993), que trouxe à luz o direito à diversidade, ou seja, à pluralidade dos sujeitos. Neste artigo, pretendo investigar os desafios da educação inclusiva no Brasil e, para tanto, no primeiro capítulo, foram elencados os conceitos de diversidade e abordados os fatores críticos relacionados à inclusão social. No segundo capítulo, foi traçada uma linha do tempo, abordando a evolução da educação especial em um breve histórico, além das principais barreiras e dificuldades para a implementação de uma educação inclusiva, e as soluções possíveis. Por fim, no terceiro capítulo, foram abordadas questões relacionadas ao potencial inclusivo da educação a distância, como sua flexibilidade e adaptabilidade.

1. DIREITO À DIVERSIDADE: A INCLUSÃO NO BRASIL

O conceito de diversidade, de acordo com Sacristán (2002 apud SOUZA, 2013), diz respeito às aspirações de liberdade e democracia, e, principalmente, à necessidade de se conviver com realidades sociais diversas. Esse conceito introduziu, na sociedade, um novo pensamento: não mais era concebível um modelo de humanidade abolindo determinados padrões sociais e de adaptação dos excluídos. Segundo Lima (2006, p. 17 apud GOMES, 2007),

a diversidade é norma da espécie humana: seres humanos são diversos em suas experiências culturais, são únicos em suas personalidades e são também diversos em suas formas de perceber o mundo. Seres humanos apresentam, ainda, diversidade biológica. Algumas dessas diversidades provocam

“Mesmo com a Lei de Cotas, das 45,6 milhões de pessoas com deficiência no Brasil, em 2010, mais da metade da população ativa com alguma deficiência estava desempregada”

impedimentos de natureza distinta no processo de desenvolvimento das pessoas (as comumente chamadas de “portadoras de necessidades especiais”).

A diversidade diz respeito às diferenças e a sua importância para uma convivência pacífica na sociedade. “A Diversidade é a construção histórica, cultural e social das diferenças.” (GOMES, 2007). Compreender e respeitar as diferenças é respeitar o outro. Quando não há esse respeito, há a negação da condição humana ao outro, como visto em diversos momentos da história mundial que resultaram em situações extremas, como escravidão, extermínio, etc. “A esta atitude a antropologia chama de “etnocentrismo”, [...] de valorizarem ao máximo como as melhores, as mais corretas, suas formas de viver; agir; sentir e pensar coletivamente.” (VERANI, 2013).

O Brasil possui uma diversidade incrível e devemos aproveitar ao máximo as diferenças em prol da educação. A inclusão passa pela compreensão das diferenças e aproveitamento da diversidade para a construção de uma educação que realmente forme cidadãos plenos. (AFFONSO, 2014)

Ainda enfrentamos problemas graves em relação à inclusão em nosso País, seja dos negros, das pessoas de classes sociais menos favorecidas, dos índios, das mulheres, dos jovens, dos idosos, das pessoas com deficiência (PCDs) ou necessidades especiais (PNEs), etc. São muitas as barreiras, as dificuldades, os preconceitos que vivenciamos no acesso à educação, ao mercado de trabalho, à cultura, ao lazer, aos bens e serviços públicos, entre outros, seja pela falta de acessibilidade de nossas cidades, nossas instituições, nossos órgãos governamentais e nossas empresas, seja pela falta de informações e recursos. Basta observarmos os números do Ministério do Trabalho, do MEC e de tantos outros indicadores sociais. No mercado de trabalho, por exemplo, mesmo com a Lei de Cotas (Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991), ainda é nítida a exclusão, pois, das 45,6 milhões de pessoas com deficiência no Brasil, em 2010, de acordo com a Cartilha do Censo (BRASIL, 2012), mais da metade da população ativa (em idade para trabalhar) com alguma deficiência estava desempregada. Portanto, para uma sociedade mais justa e inclusiva, é preciso que as diferenças sejam vistas, compreendidas e aproveitadas.

Para tanto, é imprescindível unir governos, sociedade, escola e família. Segundo Paula (2007), a

família é um eixo fundamental no desenvolvimento de uma sociedade inclusiva, pois é o primeiro grupo social em que o ser humano interage. Dessa forma, seu envolvimento no desenvolvimento humano, tanto no que diz respeito aos valores, aos ideais, às crenças, etc. quanto na concepção de comportamentos, interações e relacionamentos, influencia a construção de um ser humano e cidadão pleno. O segundo eixo fundamental é a escola. Entretanto, apesar dos esforços de muitos educadores e instituições, dos avanços tecnológicos, das políticas públicas implementadas e do crescimento das exigências da sociedade, a educação no Brasil ainda não consegue acompanhar, em tempo real, as mudanças e as demandas sociais.

Ainda é possível observar uma deficiência enorme, tanto nas instituições de ensino de todos os níveis, como dos profissionais de educação em todos os setores de atuação, desde a gestão escolar e orientação pedagógica, até os professores em salas de aulas físicas e virtuais. A falta de conhecimento, de acesso às tecnologias e formas de capacitação existentes e, muitas vezes, de vontade, dedicação e interesse, determinam, de forma inexorável, o futuro dos alunos com necessidades educacionais especiais (NEE). (AFFONSO, 2014)

Nesse contexto, para que a educação se torne realmente inclusiva, é fundamental que governos, sociedade, escolas, educadores e família se unam na busca de soluções que incluam relacionamento, interação, metodologias, tecnologias e ferramentas

na construção de um currículo adequado aos diversos estilos de aprendizagem e necessidades educacionais dos alunos, às situações de aprendizagem e aos objetivos educacionais, que atenda às necessidades, às demandas sociais e à realidade vivenciada regionalmente. Para tanto, é fundamental a adoção de uma nova forma de planejar o ensino-aprendizagem, construindo um projeto educacional inclusivo,

"situado" (WILSON, 1995b), "flexível" (NIKOLOVA; COLLIS, 1998), "reflexivo e recursivo" (WILLIS; WRIGHT, 2000) ou simplesmente "construtivista" (CAMPOS et al., 1998; JONASSEN, 1998; LEBOW, 1993), cujos pressupostos básicos apontam para a necessidade de adaptar qualquer proposta de *Design* instrucional ao contexto local de implementação. (FILATRO, 2004)

Diante disso, é possível compreender a importância do polinômio educacional relatado pelo professor Augusto Deodato Guerreiro em sua palestra no Congresso de Acessibilidade (2014):

Temos um vital itinerário, na universalidade cognitiva, sociocomunicacional, multiétnica, no relacionamento e interação, que assenta neste dinâmico polinômio inclusivo. [...] Este polinômio inclusivo centra-se na funcionalidade e operacionalidade do sistema/esquema educacional e cultural seguinte: "Educação = Educação/Formação + Comunicação/TIC + Cultura + Pedagogia comunicacional", polinômio que deverá ser refletido, aprofundado e aplicado, com o necessário rigor

científico, em domínios essencialmente do âmbito de intervenção precoce e de atuação dos profissionais da comunicação e da educação. (GUERREIRO, 2014)

Portanto, um projeto educacional para ser inclusivo deve ser situado, flexível, reflexivo, recursivo e contemplar as diferentes necessidades educacionais e estilos de aprendizagem dos alunos, seja em qual nível educacional for, oferecendo ao aluno a oportunidade de escolha e interação. A escolha de utilizar os recursos adequados, de gerenciar seu tempo e de construir, desconstruir e reconstruir coletivamente o conhecimento. O uso das TICs no contexto educacional vem crescendo de maneira exponencial, mas, muitas vezes, sem o devido cuidado, sem a

“Um projeto educacional para ser inclusivo deve ser situado, flexível, reflexivo, recursivo e contemplar as diferentes necessidades educacionais e estilos de aprendizagem dos alunos”

necessária conexão com os objetivos educacionais e sem o foco no aluno. Para que o polinômio educacional realmente seja aplicado de maneira a obter os resultados desejados, é fundamental que seja reduzida a distância entre o indivíduo e o conhecimento, aplicando tecnologias interativas de informação, comunicação e assistivas, mas fazer uso também dos demais fatores críticos citados pelo professor Guerreiro, aliando cultura, comunicação, pedagogia, andragogia e a interação.

Ao lado das TICs, transformações socioeconômicas, políticas e culturais das últimas duas décadas colocam em xeque então currículos e prioridades educacionais (o que ensinar), estilos de pedagogia e andragogia (como ensinar) e a própria institucionalização do ensino (quem detém o poder de ensinar e validar a aprendizagem), impelindo-nos a uma nova lógica de ensino. (LITTO, 1997; KENSKI, 1998 apud FILATRO, 2004)

2. EDUCAÇÃO ESPECIAL NO BRASIL: DA SEGREGAÇÃO À INCLUSÃO

A educação no Brasil, historicamente, tem uma atuação seletiva e homogeneizante, deixando de identificar, compreender e atender às diferenças, universalizando o currículo, a metodologia, as formas de avaliação, etc. Dessa forma, o aluno que não se enquadra no conceito de normalidade instituído é excluído e, mesmo sendo obrigatória sua inclusão nas escolas "regulares", sempre foram relegados a segundo plano, segregados em escolas "especiais".

Historicamente, no Brasil, a discriminação, o

“Na década de 1960, diversas instituições privadas sem fins lucrativos foram criadas com o objetivo de atender as pessoas com deficiência e necessidades especiais, diminuindo a responsabilidade do Estado em criar e implementar políticas para esse segmento social”

preconceito e a segregação tornaram necessário o atendimento educacional especializado em escolas como Pestalozzi, APAEs (Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais), Instituto Benjamin Constant (para cegos e deficientes visuais), Ines (Instituto Nacional de Educação de Surdos), entre outras. Na década de 1960, diversas instituições privadas sem fins lucrativos foram criadas com o objetivo de atender as pessoas com deficiência e necessidades especiais, diminuindo a responsabilidade do Estado em criar e implementar políticas para esse segmento social, (MENDES, 1995, p. 35-49 apud

“A Constituição Federal de 1988 estabeleceu a integração escolar com o objetivo de promover a educação e integração das pessoas com deficiência, preferencialmente, na rede regular de ensino”

UCDB, 2013) apesar da criação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961), que trata também dos direitos dos “excepcionais” serem educados no sistema geral de ensino. Dez anos depois, a Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971, altera a anterior e aponta o atendimento especializado, e, em 1973, cria-se o Centro Nacional de Educação Especial do Brasil, mantendo-se a política de segregação. Somente na década de 1980, com o crescimento dos movimentos internacionais pelos direitos das pessoas com deficiência, o movimento por uma educação para todos começou a tomar força no Brasil. A Constituição Federal de 1988 estabeleceu a integração escolar com o objetivo de promover a educação e integração das pessoas com deficiência, preferencialmente, na rede regular de ensino.

Na década de 1990, o movimento para uma educação inclusiva se fortaleceu com a Declaração Mundial de Educação para Todos (1990) e a Declaração de Salamanca (1994). No Brasil, a Política Nacional de Educação Especial determina que apenas os alunos que conseguem “acompanhar” os processos educacionais e as atividades no mesmo ritmo podem frequentar as escolas regulares. Portanto, não promove a inclusão, mas a segregação, tendo em vista que a compreensão a respeito do aluno com deficiência considera que ele é incapaz de acompanhar os demais alunos “normais”; e, certamente, o são, quando não lhes é dada a mesma oportunidade, ou seja, metodologias, tecnologias, ferramentas e recursos que possam promover sua inclusão. Ainda nessa década, a LDB nº 9394/1996, em seu artigo 56, garante aos alunos com necessidades especiais o direito a currículo, métodos, recursos e organização específicos que atendam a suas necessidades, inclusive, a aceleração dos estudos e seu término aos alunos com altas habilidades (BRASIL, Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, art. 56). Em 1999, a regulamentação da Política Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência determina que a educação especial deve ser aplicada de forma transversal a todos os níveis de ensino, de maneira complementar ao ensino regular. Dessa forma, deveria haver centros, ações, salas de recursos e outros projetos de educação especial que complementassem os estudos regulares para qualquer aluno com algum tipo de necessidade especial.

Apesar da resolução do CNE (02/2001) que determina que as instituições de educação básica devem

matricular todos os alunos em escolas regulares, cabendo a elas organizarem-se para receber e atender aos alunos com necessidades educacionais especiais (NEE), “assegurando as condições necessárias para uma educação de qualidade para todos”, a realidade ainda é bem diferente do escopo da lei (BRASIL, 1994).

Na última década, apesar dos esforços e das políticas implementadas pelo governo e dos diversos movimentos sociais em prol da inclusão, a educação brasileira ainda se encontra presa a uma dualidade histórica e perversa entre a educação especial e a educação inclusiva, na qual alunos da educação infantil, e do ensino fundamental e médio ainda se encontram divididos em escolas especiais e regulares. E, mesmo aqueles que se encontram em escolas regulares, muitas vezes, estão em classes especiais, recebendo um atendimento especializado precário nas salas de recursos, sem contarem com as ferramentas e tecnologias disponíveis dentro da sala de aula, e ainda enfrentando currículos e práticas homogeneizantes que, mesmo em um contexto

“A educação brasileira ainda se encontra presa a uma dualidade histórica e perversa entre a educação especial e a educação inclusiva”

inclusivo em escolas regulares, ainda são excluídos. Na educação superior, apesar de haver uma abertura maior, tendo em vista que as instituições públicas e privadas são regulares, não havendo políticas de segregação, também não há políticas efetivas de inclusão com relação aos deficientes. Apesar da Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, do Prouni, do Enem, do SISU e de outras políticas, os alunos continuam encontrando instituições despreparadas, sem preparação física, arquitetônica, sem preparação dos educadores, dos alunos, do currículo, das metodologias e das práticas.

As políticas públicas para a educação devem prever a eliminação de barreiras e a promoção de uma educação, comunicação e interação socializada e humanizada.

2.1 Contexto atual da educação inclusiva no Brasil: problemas e soluções

Na atualidade, ainda se observam enormes discrepâncias e problemas que dificultam a real implementação de uma política inclusiva na educação:

- instituições despreparadas: currículo inadequado, metodologia e práticas que não possuem foco no aluno, em suas potencialidades, mas na homogeneização do ensino;
- educadores despreparados, sem conhecimento das metodologias adequadas, das tecnologias e ferramentas que podem facilitar o aprendizado, a comunicação, a interação e a inclusão do aluno;
- falta de informação, de recursos, de apoio, de participação de governos, sociedade, família, etc.;
- falta de políticas efetivas de inclusão;

- desrespeito à legislação, dificuldade na aplicação das leis e na apuração e no acompanhamento de denúncias e, é claro, a impunidade;
- e tantos outros.

Apesar de se ter consciência da importância das políticas públicas e das ações do Estado, das dificuldades da gestão escolar, em todos os níveis, em promover a inclusão, o educador ainda tem papel fundamental nessa jornada e deve estar atento a seu papel frente ao aluno, à instituição e à sociedade. Dessa forma, precisa conhecer, identificar e compreender as necessidades especiais de cada aluno, tenha ele alguma necessidade especial ou não, orientando-o em seus roteiros de estudos durante o processo de ensino-aprendizagem para o alcance de melhores resultados e de todo o seu potencial, promovendo assim a integração e interação com o grupo. Tais ações visam ainda reduzir e, até mesmo, eliminar o preconceito, aproveitando-se da diversidade para ampliar o saber coletivo.

Grande parte da crítica a nosso sistema educacional, seja ele presencial, semipresencial ou a distância, deve-se à falta de planejamento pedagógico, bem como aos métodos e critérios de avaliação inconsistentes ou incoerentes com o público-alvo, os objetivos educacionais, entre outros. Se um projeto educacional ignora as características e especificidades de seu público-alvo, dificilmente a aprendizagem será efetiva.

O conhecimento não é algo pronto e estático, mas construído e reconstruído, constantemente, pelo aluno, que assume o papel de agente ativo de

“Se um projeto educacional ignora as características e especificidades de seu público-alvo, dificilmente a aprendizagem será efetiva”

seu próprio aprendizado. Ele constrói significados e define sentidos de acordo com a representação que tem da realidade, com base em suas experiências e vivências (SANTOS, 2007). O conectivismo reforça o papel do polinômio educacional, tornando a conexão do aluno com o conteúdo, com ele mesmo, com o educador, com o conhecimento, com as pessoas, com o ambiente, etc. uma forma de criar significados e de reconstruir conhecimentos. Cabe ressaltar a sociedade em rede e as formas abertas de educação em rede que se proliferam pelo mundo, trazendo inúmeros benefícios para a sociedade.

Segundo Gardner (2000a,b), a inteligência é múltipla (lógico-matemática, linguística, espacial, físico-cinestésica, interpessoal, intrapessoal, musical, naturalista e existencial), apresentando-se em graus variados em cada indivíduo. Nesse contexto, compreende-se que cada um se organiza, combina e utiliza de maneiras distintas na resolução de problemas, tornando fundamental a adequação

das práticas, metodologias e tecnologias ao estilo de aprendizagem e perfil de cada aluno (ANTUNES, 2002a,b).

Portanto, educadores precisam estar atentos às potencialidades dos alunos, e não a suas deficiências e limitações. Não que as deva esquecer, muito pelo contrário; é importante reconhecer as limitações, dificuldades, diferenças e necessidades para identificar potencialidades e trabalhar minimizando as dificuldades e potencializando as habilidades e inteligências de cada aluno. “A cegueira, ao criar uma formação peculiar de personalidade, reanima novas fontes, muda as direções normais do funcionamento e, de uma forma criativa e orgânica, refaz e forma o psiquismo da pessoa”. Portanto, a cegueira ou a baixa visão não são “somente um defeito, uma debilidade, são também, em certo sentido, uma fonte de manifestação das capacidades, uma força.” (VYGOTSKY, 1997, p. 48). Ainda segundo o autor, a “dialética das interações com o outro e com o meio, [...] desencadeia o desenvolvimento sócio-cognitivo”. (IBDIN, 2012) Se o ser humano é, em sua natureza, social, desenvolve-se por meio da interação com os outros ao longo de sua vida, qual seria o benefício de segregá-lo a uma educação “especial”? E qual o benefício para os demais alunos em ter colegas deficientes? Nesse sentido, é fundamental a convivência de ambos com as diferenças, tornando-os indivíduos completos. Quando criança, o desenvolvimento ocorre em duas zonas, a real e proximal, ou seja, o que se pode desenvolver e solucionar sozinho, e o que só é possível resolver com a ajuda de outra pessoa. Dessa forma,

o indivíduo desperta e desenvolve vários processos internos que resultam no aprendizado. (VYGOTSKY, 1978 apud IBDIN, 2012)

Com isso em mente, é preciso destacar as diversas possibilidades em sala de aula. Muitos educadores, instituições, estudantes, etc. acreditam que não é possível desenvolver uma educação inclusiva ou que só é possível com o uso massivo de tecnologias de informação e comunicação. Ledo engano! É possível desenvolver uma educação inclusiva em todos os níveis educacionais, com recursos simples e de baixa tecnologia, passando pelos já citados currículo, me-

“Educadores precisam estar atentos às potencialidades dos alunos, e não a suas deficiências e limitações”

todologia, práticas, formas e instrumentos diversos de avaliação, etc., mas ainda com o uso de recursos desenvolvidos de maneira simples, como materiais em áudio, vídeo, textos ampliados, em braille, traduzidos para Libras, etc. Recursos simples e de baixo custo, como quadros, pranchas, plaquetas, maquetes, diagramas, mapas conceituais entre outros, fornecem grandes possibilidades em salas de aulas físicas e virtuais.

No contexto de tecnologias de informação, comunicação e assistivas, é fundamental que, ao fazer uso destas, tenha-se atenção à sua contextualização. Podem-se utilizar recursos diversos, como computadores, *notebooks*, *tablets* e *smartphones* com *softwares* ampliadores e leitores de telas, aplicativos de tradução em Libras, aplicativos de fala, comandos de voz, assistentes virtuais, lupas digitais, máquinas braille, escâneres que convertem texto em áudio, e muito mais.

Alguns educadores ficam em dúvida ao atenderem alunos com deficiências múltiplas, como no caso do surdo-cego. Neste caso, é possível utilizar uma série de recursos, desde materiais táteis até a linha braille, que fornece tradução em braille a todo o conteúdo de um computador, por exemplo. Estes são recursos de alta tecnologia, mas não necessariamente de alto custo. Atualmente, é possível fazer quase tudo com um dispositivo móvel, como um *tablet* ou *smartphone*, que oferecem, inclusive, aplicativos gratuitos.

Em salas de aulas virtuais, a inclusão se torna mais fácil, bastando adaptar os materiais para que os leitores de tela possam ler, ampliar textos, oferecer uma boa navegação pelo *site* ou ambiente virtual de aprendizagem, oferecer versões para os materiais, como em áudio ou ampliados para deficientes visuais; em vídeo, texto e imagem para deficientes auditivos; de fácil navegação para pessoas com mobilidade reduzida dos membros superiores; mapas conceituais e conteúdos simplificados para facilitar a compreensão para deficientes intelectuais, etc.

“É possível desenvolver uma educação inclusiva em todos os níveis educacionais, com recursos simples e de baixa tecnologia”

3. POTENCIAL INCLUSIVO DA EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA

A educação a distância (EAD) vem crescendo, de forma exponencial, no Brasil e no mundo, seja em decorrência do crescimento populacional, da falta de tempo das pessoas, de suas necessidades especiais, ou, simplesmente, pelo desenvolvimento das tecnologias de informação e comunicação (TICs). O principal ponto é que a internet se tornou sua mola propulsora.

Diante de um cenário mundial em que 14% (quatorze por cento) da população possui algum tipo de deficiência e, segundo o Censo 2010 do IBGE (BRASIL, 2012), quase 25% (vinte e cinco por cento) da população brasileira, 45,6 milhões de pessoas, também apresenta alguma deficiência, e, se somarmos a este número, as pessoas com necessidades especiais permanentes (idosos, anões, pessoas com altas habilidades, etc.) e temporárias (grávidas, pessoas com membros engessados, tendinites, etc.), o número apurado

pode ser superior a 50% (cinquenta por cento), é fundamental se ater a políticas, metodologias e processos que possam atender tais alunos e profissionais no que tange à educação.

Nas últimas décadas, em detrimento dos meios tradicionais de EAD, como o correio, a televisão e o rádio, a internet alavancou esse método de ensino-aprendizagem, tornando-o mais interativo, dinâmico e democrático.

A EAD possui características específicas que a diferem da educação presencial/tradicional, não sendo, entretanto, sua rival, mas uma modalidade que tem por objetivo democratizar e expandir a educação, seja ela média, superior, profissional, corporativa, etc., atendendo às novas demandas sociais. Nesse contexto, é possível compreender que as duas modalidades coexistem de maneira a contribuir uma com a outra, e podem, até mesmo, ser utilizadas em conjunto, uma suprimindo as deficiências da outra e sendo por ela beneficiada em suas potencialidades.

Os processos de ensino-aprendizagem em EAD utilizam-se das TICs para unir professores e alunos em qualquer lugar do globo, por meio de qualquer dispositivo e a qualquer momento. Outras características, além da flexibilidade de tempo e espaço, são importantes na EAD, tais como a mudança do eixo de poder, que equilibra a relação professor-aluno, ou seja, o professor deixa de ser o detentor de todo o conhecimento, e o aluno assume maior autonomia em seu processo de aprendizagem, tornando-se sujeito ativo na produção e compartilhamento do conhecimento. Outra característica

“A EAD possui características específicas que a diferem da educação presencial/tradicional, não sendo, entretanto, sua rival, mas uma modalidade que tem por objetivo democratizar e expandir a educação”

importante para a educação é a mudança em sua formulação, pois ela deixa de ser centrada no conteúdo para se fixar no aluno. Dessa forma, utiliza-se de diversas metodologias, ferramentas, técnicas e tecnologias que permitem, não somente identificar os diferentes estilos de aprendizagem e necessidades especiais dos alunos como atendê-los de forma efetiva.

Entre as principais características citadas, destacam-se as duas que são mais relevantes para uma educação inclusiva: a flexibilidade e a adaptabilidade – por permitirem que alunos de todos os tipos, não somente com estilos de aprendizagem distintos como também localizados distantes dos grandes centros, interajam entre si, e, principalmente, pessoas com necessidades

“Dentro do contexto de adaptabilidade, podemos observar a adequação dos ambientes virtuais, dos materiais de estudos e, até mesmo, das ferramentas e tecnologias utilizadas para atender a alunos com necessidades especiais”

especiais diversas possam ser incluídas na sociedade. Nesse sentido, cabe ressaltar a dificuldade de mobilidade, que restringe sua locomoção por vias e transportes públicos, a falta de acessibilidade das cidades, instituições de ensino, etc., que dificultam ao aluno PNE/PCD frequentar cursos presenciais, tornando a EAD um caminho menos árduo. Além das dificuldades de locomoção, alunos com deficiência visual encontram dificuldades de leitura, acompanhamento das aulas, dos vídeos, etc., bem como na participação em atividades pelo fato de as instituições e os educadores não estarem preparados para identificar e atender a suas necessidades e seus estilos de

aprendizagem. Já os alunos com deficiência auditiva encontram dificuldades semelhantes bem como problemas de comunicação graves. E assim ocorre com as demais deficiências, altas habilidades e necessidades especiais. Fora, é claro, todo o preconceito enfrentado.

Além desses grupos, podemos citar, como dito anteriormente, executivos, profissionais, organizações e pessoas com limitações diversas de tempo, locomoção, etc., que encontram espaço na EAD e suprem suas necessidades de aprendizagem, formação e atualização profissional, educação corporativa, entre outras.

Diante de tudo isso, a flexibilidade e a adaptabilidade da EAD são características fundamentais para subsidiar a escolha de tais alunos pela educação a distância. Dentro do contexto de adaptabilidade, podemos observar a adequação dos ambientes virtuais, dos materiais de estudos e, até mesmo, das ferramentas e tecnologias utilizadas para atender a alunos com necessidades especiais.

Entretanto, quando se afirma que a EAD torna o caminho menos árduo, significa dizer que, mesmo optando pela EAD, tais alunos ainda enfrentam muitas dificuldades, tais como o preconceito, a falta de preparo de professores e funcionários, e a falta de acessibilidade web nos portais e AVAs das instituições de ensino.

Segundo Magalhães (2006), o ensino superior no Brasil apresenta um hiato significativo e, apesar das políticas públicas de inclusão, dos direitos garantidos na Constituição Federal e nas

legislações relacionadas às pessoas com deficiência (PCDs) e necessidades especiais (PNEs), essa parcela da sociedade ainda permanece excluída, com dificuldades de acesso à educação e ao mercado de trabalho. A EAD, aprimorada com o advento da internet e das Novas TICs, pode tornar-se um instrumento forte e eficaz de inclusão se as entidades educacionais aliarem metodologias ao design inclusivo de seus portais e AVAs, adaptem seus materiais educacionais, conforme citado anteriormente, bem como capacitem seus profissionais, democratizando a educação e promovendo a inclusão (AFFONSO, 2012).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste artigo, foi possível perceber a importância de uma nova abordagem educacional – passando pelo contexto educacional que abrange a formação, ou seja, o currículo adaptado à realidade, aos estilos de aprendizagem e às necessidades dos alunos; pelas diversas formas de comunicação e interação, pelas novas abordagens nos instrumentos de avaliação; pelas tecnologias de informação, comunicação e assistivas, e pelo papel imprescindível do educador no sentido de facilitar a aprendizagem e tornar seu aluno mais autônomo –, mas, principalmente, no sentido de compreender as necessidades do aluno, suas limitações e potencializar suas habilidades e inteligências em prol de uma aprendizagem significativa. Ficou clara a importância de uma educação inclusiva, dentro das escolas regulares, e não segregadora em ambientes “especiais” que

impedem a convivência com as diferenças e o uso da diversidade como forma de crescimento e aprendizado coletivo.

Para termos uma sociedade com direitos iguais, as diferenças precisam ser vistas e reconhecidas. Tratar os diferentes de maneira diferente, oferecendo oportunidades iguais.

REFERÊNCIAS

AFFONSO, D. D. *A educação a distância como instrumento de inclusão dos portadores de necessidades especiais: perspectivas* do FGV Online. 8º Encontro Nacional de Tutores. Rio de Janeiro: FGV Online, 2012.

_____. Recursos educacionais especiais. In: 37ª SIMASP. *Olhos para cidadania*. São Paulo, 2014.

ANTUNES, Celso. *Como desenvolver conteúdos explorando as inteligências múltiplas*. Petrópolis: Vozes, 2002a.

_____. *Jogos para a estimulação das múltiplas inteligências*. Petrópolis: Vozes, 2002b.

BRASIL. Congresso Nacional. Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 27 dez. 1961. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l4024.htm>. Acesso em: 10 nov. 2014.

_____. Congresso Nacional. Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 12 ago. 1971. Disponível em: <<http://www.>

planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l5692.htm>. Acesso em: 10 nov. 2014.

_____. Congresso Nacional. Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 25 jul. 1991. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8213cons.htm>. Acesso em: 27 nov. 2014.

_____. Congresso Nacional. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 23 dez. 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm>. Acesso em: 10 nov. 2014.

_____. Congresso Nacional. Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 30 ago. 2012. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12711.htm>. Acesso em: 10 nov. 2014.

_____. *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, DF. Senado Federal: Centro Gráfico, 1988. 292 p.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. *Política Nacional de Educação Especial*. Brasília: MEC/SEESP, 1994.

_____. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Censo 2010: número de católicos cai e aumenta o número de evangélicos, espíritas e*

sem religião. Comunicação Social. 29 jun. 2012. Disponível em: <<http://cod.ibge.gov.br/234jg>>. Acesso em: 10 out. 2014.

_____. *Cartilha do Censo 2010: pessoas com deficiência*. Luiza Maria Borges Oliveira; Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República (SDH/PR); Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência (SNPD); Coordenação-Geral do Sistema de Informações sobre a Pessoa com Deficiência. Brasília: SDH-PR/SNPD, 2012. 32 p. Disponível em: <<http://www.pessoacomdeficiencia.gov.br/app/sites/default/files/publicacoes/cartilha-censo-2010-pessoas-com-deficiencia-reduzido.pdf>>. Acesso em: 1 out. 2014.

D'AMARAL, Teresa Costa. *Direito de ser feliz*. In: CONGRESSO DE ACESSIBILIDADE: SUPERAÇÃO, TECNOLOGIA E INCLUSÃO. Nova Friburgo, 2014.

FILATRO, A. *Design instrucional contextualizado: educação e tecnologia*. São Paulo: Senac, 2004.

GARDNER, Howard. *Inteligência: um conceito reformulado*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2000a.

_____. *Inteligências múltiplas, a teoria na prática*. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 2000b.

GOMES, Nilma Lino. *Indagações sobre currículo: diversidade e currículo*. Brasília: Ministério da Educação; Secretaria de Educação Básica, 2007. 48 p. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seb/>

arquivos/pdf/Ensfund/indag4.pdf>. Acesso em: 20 out. 2014.

GUERREIRO, Augusto Deodato. *Num polinômio educacional e cultural, uma perspectiva inclusiva para uma teoria do desenvolvimento humano na sociedade de todos*. In: CONGRESSO DE ACESSIBILIDADE: SUPERAÇÃO, TECNOLOGIA E INCLUSÃO. Nova Friburgo, 2014.

INSTITUTO BRASILEIRO DE DESENHO INSTRUCIONAL (IBDIN). *Bases da profissão*. Curso de pós-graduação lato sensu em design instrucional para EAD. Curitiba, 2012.

_____. *Novas tecnologias aplicadas à EAD*. Curso de pós-graduação lato sensu em design instrucional para EAD. Curitiba, 2012. Curitiba, 2012.

_____. *Processos de design instrucional*. Curso de pós-graduação lato sensu em design instrucional para EAD. Curitiba, 2012. Curitiba, 2012.

MAGALHÃES, R. C. Ensino superior no Brasil e inclusão de alunos com deficiência. In: VALDÉS, M. T. M. (Org.) *Inclusão de pessoas com deficiência no ensino superior no Brasil: caminhos e desafios*. Fortaleza: Eduece, 2006.

PAULA, Ana Rita de. *A hora e a vez da família em uma sociedade inclusiva*. Brasília: Ministério da Educação; Secretaria de Educação Especial, 2007. In: Transtorno global do desenvolvimento. Apostila

do curso de pós-graduação em educação especial. *Portal Educação*, Mato Grosso, 2013.

SACRISTÁN, J. G. O currículo: os conteúdos do ensino ou uma análise prática. In: SACRISTÁN, J. G.; GÓMEZ, A. I. P. *Compreender e transformar o ensino*. 4. ed. Porto Alegre: ArtMed, 2000.

SANTOS, F. M. *Significações de construtivismo na perspectiva de professores "construtivistas" e sua relação com práticas avaliativas*. 2007. 137 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Católica de Brasília, Brasília, 2007. Disponível em: <http://www.btdt.ucb.br/tede/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=679>. Acesso em: 10 mar. 2013.

SOUZA, Tania Maria Filiú. Fundamentos da educação especial. In: _____. Apostila do curso de pós-graduação em educação especial. *Portal Educação*, Mato Grosso, 2013.

UNIVERSIDADE CATÓLICA DOM BOSCO (UCDB). *Fundamentos da educação especial*. Curso de pós-graduação lato sensu em educação especial. Campo Grande, 2013.

VERANI, Cibele. Diversidade humana. *Projeto Ghente*. Disponível em: <<http://www.ghente.org/ciencia/diversidade>>. Acesso em: 17 nov. 2013.

VYGOTSKY, L. S. Fundamentos de defectologia. In: _____. *Obras completas*. Madrid: Visor, 1997. Tomo 5.